VISÃO DO CORREIO

## Questão fiscal exige saída negociada entre Poderes

Casa onde falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. Esse velho ditado popular resume bem a situação do estresse entre os Poderes sobre a questão fiscal. Executivo e Legislativo precisam chegar a um acordo sobre como enfrentar o problema do deficit público, no qual cada um tem uma dose de responsabilidade. O primeiro deveria gastar menos do que arrecada; o segundo, renunciar a parte dos recursos das emendas parlamentares.

No momento, assistimos a uma queda de braços entre o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Um projeto para derrubar o decreto presidencial que reduziu os efeitos da elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre crédito, câmbio e seguros será posto em pauta na próxima semana. Entretanto, o decreto havia sido pactuado entre a cúpula do Congresso e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de semana passado. As novas propostas atingem o agronegócio, a construção civil e o setor de infraestrutura, que têm acesso fácil a lideranças da Câmara e do Senado.

A MP estabelece uma alíquota de Imposto de Renda de 5% para títulos que hoje gozam de isenção, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA) e as debêntures incentivadas. Mesmo com a mudança, esses papéis permanecerão mais atraentes que outros produtos financeiros semelhantes. Mas, segundo os setores afetados, o custo do financiamento imobiliário, do Plano Safra e dos investimentos em infraestrutura aumentará.

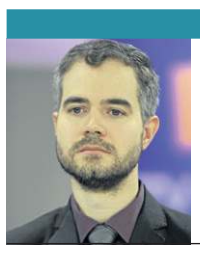
As fintechs terão a alíquota de 9% no recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aumentadas para 15% ou 20%, a mesma aplicada aos bancos tradicionais, com os quais elas concorrem. Esse setor do mercado financeiro alega que a medida vai comprometer a inclusão financeira e dificultar a oferta de serviços gratuitos aos mais pobres. As bets passarão a pagar de 12% para 18%.

Esses setores têm lobbies poderosos no Congresso, que assumiu um discurso segundo o qual a sociedade não aceita mais medidas que aumentem impostos. Entretanto, não oferecem alternativas para equilibrar receitas e despesas. Os partidos do Centrão participam do governo, ou seja, são sócios dos gastos, mas têm rejeição a novos aumentos da carga tributária. Nesta semana, a Mesa Diretora da Câmara propôs um PL que permitiria aos parlamentares acumularem salários e aposentadorias.

Por outro lado, o presidente Lula se recusa a debater a necessidade de redimensionar o Estado e melhorar a qualidade do gasto, mesmo sabendo que não tem maioria no Congresso para resolver o problema do deficit público com aumento de impostos. É um diálogo de surdos.

O governo mudou o regime fiscal por ele próprio criado para não ter de obter qualquer superavit nas contas públicas durante quatro anos. Como terá de zerar o deficit em 2026, ano de eleições, saiu em busca de mais arrecadação para não ter de cortar despesas, que seguem crescendo. Deu errado. O regime fiscal não foi feito para reduzir despesas, mas, sim, para disciplinar e garantir seu crescimento. Isso não aconteceu.

A economia cresce e não precisa de mais estímulos. Trata-se de conter a expansão das despesas obrigatórias acima das receitas e construir superavits fiscais. Como evitar sacrifícios apenas à população mais vulnerável e reduzir privilégios corporativos? A lógica da negociação responsável deve prevalecer. A crise atual não se restringe ao orçamento: ela é também uma crise de credibilidade da democracia. Por isso mesmo, o Executivo e o Legislativo devem buscar saídas negociadas e responsáveis.




**RONAYRE NUNES**
*ronayrenunes@dabr.com.br*


## Quando a desunião fala mais alto

É arriscado levar as discussões das redes sociais para o mundo real. Não é a primeira vez que falo sobre isso. Hoje, contudo, vou fazer uma exceção. É bem possível que você nem tenha ficado sabendo, mas surgiu uma nova polêmica nas redes sociais nos últimos dias: a deputada Erika Hilton (PSol-SP) respondeu a um post do rapper Oruam. O que pode parecer banal, na verdade, repercutiu de forma sonora entre internautas, em um episódio em que a desunião falou mais alto.

Alguns apoiaram o gesto da deputada, afirmando que o artista, independentemente de qualquer suposta transgressão, merece atenção — especialmente por manter contato com comunidades carentes do Rio de Janeiro, que, há muito tempo, são renegadas pelo Estado. Por outro lado, houve críticas: internautas sugeriram que a aproximação não considerou o passado do pai do artista, Marcinho VP, chefe do Comando Vermelho.

As críticas parecem não ter mudado a opinião da deputada, que dobrou a aposta e respondeu com um longo texto, cuja introdução dizia: "Se os filhos fossem responsáveis pelos crimes dos pais, metade dos gays do Brasil estariam presos por homofobia." A polêmica se acentuou.

O objetivo deste texto não é apontar qual lado está certo. A proposta aqui é tentar ir um pouco além. A reflexão que tirei do episódio é que setores já marginalizados estão se desunindo — algo que interessa à elite conservadora e, definitivamente, não ajuda nenhuma minoria.

Lutas sociais representam poucos. Cada um desses "poucos" tem personalidades únicas que, às vezes, não se relacionam entre si. Isso, contudo, não pode significar o afastamento do outro. A divisão é algo perigoso e pode levar à extinção em um mundo trôpego.

A ideia pode até parecer meio óbvia, mas, ao longo dos séculos, foi exaustivamente investigada pela filosofia. Jean-Jacques Rousseau postulou, ainda em 1762, a teoria do "contrato social", segundo a qual os indivíduos abrem mão de direitos naturais em troca da proteção dos pares e, assim, garantem a sobrevivência.

Nietzsche, por outro lado, não valorizava a "união" social no sentido tradicional de harmonia, coletividade ou moral compartilhada. Para ele, a verdadeira grandeza humana emerge na luta contra a normatização, na solidão criativa e na capacidade de dizer "não" à moral do grupo. O alemão desenvolveu a teoria do "super-homem" em meados da década de 1880.

As visões podem parecer bem distintas — e, de certa forma, são —, mas ainda servem para ilustrar o quanto a discussão sobre a importância da união social atravessou grande parte da história humana, mesmo em desacordo e sem necessariamente levar em consideração o conceito de minorias. Agora, essa discussão, ainda que em outra roupagem, retorna. As camadas são bem mais complexas e profundas e, em 2025, envolvem "elementos" perigosos, como as redes sociais e a comunicação massiva.

Mesmo assim, é algo que merece ser discutido — e não ignorado. A união das minorias significa força. A capacidade de olhar o ponto de vista do outro pode ser uma salvação. E, quando a desunião fala mais alto, existe um risco.

GOLPE
NADA
NÃO SEI
NÃO LEMBRO
NÃO FIZ NADA!
EU NÃO FUI
NÃO SEI DE NADA
NÃO LEMBRO DE NADA
NÃO FIZ NADA
NÃO SEI DE NADA
NÃO SEI DE NADA
NÃO FIZ NADA
NÃO SEI DE NADA
NÃO FIZ NADA
NÃO SEI DE NADA
NÃO FIZ